CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER N° 2026 772

Aprovado por Deliberação
em 21/12/1972

PROCESSO: CEE-n° 2749/72.

INTERESSADO: SILVESTRE VANDERLEI LOPES DE OLIVEIRA
CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU

RELATOR: CONSELHEIRO ELOY SIO RODRIGUES DA SILVA

HISTÓRICO: Silvestre Vanderlei Lopes de Oliveira, nascido em Guaratinguetá (SP) a 19 de setembro de 1948, dirige-se ao Conselho Estadual de Educação, solicitando equivalência de estudos realizados na Academia de Polícia Militar de São Paulo, a nível de 2° Grau.

O requerente completou o curso ginásial com 4° séries no Instituto Estadual "Cons. Rodrigues Alves", de Guaratinguetá, ano letivo de 1968:

A seguir frequentou com aprovação as 1ª e 2ª séries do Curso Preparatório de Formação de Oficiais, ministrado na Academia de Polícia Militar, nos anos letivos de 1970 e 1971, recebendo, ao final o certificado de conclusão.

Este curso, de "nível colegial", de acordo com o Decreto n° 52.575, de 11 de dezembro de 1970, é ministrado em tempo integral. O currículo inclui fundamentalmente disciplinas do núcleo comum e artigo 72 (art. 4-2 da Lei n° 5.692/71 e Parecer CFE-n° 853/71) e da parte especial (Parecer CFE-n° 4-5/72).

Entre outras foram estudadas as disciplinas: 1ª série: Química, Geografia Geral, História Geral, Filosofia, Desenho, Ordem Unida, Educação Física, Armamento e Tiro, Organização Social e Política do Brasil, Instrução Geral e Policial; 2ª série: Português, Matemática, Geografia do Brasil, História do Brasil, Francês, Física, Química, História Natural, Filosofia, (Lógica), Educação Física, Organização Social e Política do Brasil, Armamento e Tiro, Instrução Geral e Policial.

A conclusão do referido Curso assegura ao interessado a continuação de estudos na carreira policial em nível correspondente ao Curso Superior (Lei n° 5.540/68).

FUNDAMENTAÇÃO: O pedido encontra apoio na legislação em vigor (Parecer CFE-n° 274/64) e na jurisprudência firmada neste Colegiado, através de inúmeros pareceres emitidos em casos análogos ou semelhantes.

O currículo seguido pelo requerente pode ser considerado equivalente às duas primeiras séries do 2° grau.

CONCLUSÃO: Em vista do exposto, e ainda, levando em conta o estabelecido pelos arts. 13 e 14 da Lei n° 5.692/71, que tratam das transferências de alunos entre estabelecimentos e dos critérios de avaliação de rendimento, votamos pela concessão da equivalência a nível da 2ª série do 2° grau. Nestas condições, o requerente poderá prosseguir estudos, dentro das normas estabelecidas pela Lei n° 5.692/71, na 3ª série do mesmo Grau.

É o meu parecer, s.m.j.

São Paulo, 22 novembro de 1972.

a) Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva - Relator.

A Câmara do Ensino do Segundo Grau, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do voto do nobre Conselheiro:

Presentes os nobres Conselheiros: Arnaldo Laurindo, Egas Moniz Nunes, Eloysio Rodrigues da Silva, José Augusto Dias, Pe. Lionel Corbeil e João Baptista Salles da Silva.

Sala das Sessões da Câmara do Ensino do Segundo Grau.

Em, 14 de dezembro de 1972.

a) Conselheiro Arnaldo Laurindo - Presidente.